

política

POP Center para MEIs ampliará oportunidades

Elaine Deboni defende a nova legislação e afirma que medida deve reduzir a desocupação, atualmente em 32,5%

/ CÂMARA DE PORTO ALEGRE

Amanda Schultz
amandas@jcrs.com.br

A Câmara de Porto Alegre aprovou o Projeto de Lei do Executivo Municipal, que autoriza a ocupação de lojas vazias do Centro Popular de Compras (POP Center) por microempresários e microempreendedores individuais (MEIs). O espaço conta, hoje, com 772 lojas, das quais 251 estão desocupadas, o que representa uma taxa de vacância de 32,5%.

O Centro Popular de Compras de Porto Alegre (POP Center) é um shopping popular construído por meio de uma parceria público-privada (PPP) com 20 mil metros quadrados de área. Localizado na avenida Júlio de Castilhos, 235, no Centro Histórico de Porto Alegre, está em atividade desde fevereiro de 2009 e foi desenvolvido para facilitar o trabalho dos antigos camelôs, hoje comerciantes populares.

Em entrevista ao **Jornal do Comércio**, a CEO do POP Center, Elaine Deboni, avaliou o cenário atual do espaço e os impactos da nova legislação. Segundo a CEO, a iniciativa amplia as oportunidades e o perfil de ocupação, sendo uma solução equilibrada para ativar as lojas vazias e fortalecer o comércio do centro.

Jornal do Comércio - O que muda na prática com a aprovação da lei? Quais são os benefícios para a economia do POP Center?

Elaine Deboni - O POP Center foi construído com o objetivo de recolher camelôs estabelecidos nas ruas do centro de Porto Alegre. Em um primeiro passo eles foram todos para dentro do shopping que foi construído com esse fim, mas nem todos fi-

caram. Nós tivemos uma grande resistência das pessoas que tinham as mercadorias ilegais e tivemos que tirá-las do centro, isso porque o POP Center não é protetor da ilegalidade. Como diretora, como CEO da companhia, eu não tinha como objetivo trabalhar para a ilegalidade, mas sim para uma transformação do comércio. Esse espaço é uma grande oportunidade para que as pessoas possam trabalhar, e uma coisa muito boa do POP Center é que os locadores não precisam de avalista. Temos uma lei bastante rígida, em que os lojistas têm até seis semanas no máximo de atraso no pagamento para não perder a loja. Então, tudo é muito correto e nós nunca fomos desfavoráveis a quem quer trabalhar. Na prática, essa nova lei aprovada vai fazer com que todas as profissões, pessoas que não tenham aquele avalista, aquele fundo para começar uma loja, elas cheguem lá e já tenham um começo. Os vereadores estão abrindo muitas oportunidades, não só para as pessoas que estão no mercado de trabalho agora, mas para muitos anos daqui pra frente. Será uma virada de chave no Centro Popular de Compras da capital dos gaúchos. Nós temos um público diário de 20 a 30.000 pessoas, mesmo depois



Para pessoas que têm outros ofícios e querem abrir uma ferragem, uma loja de tecidos, por exemplo

da enchente e de todo o impacto que tivemos. A tendência é desse número aumentar com mais lojistas no nosso centro.

JC - A desocupação das lojas vem acontecendo desde quando? Qual foi o impacto da enchente de 2024 nesse processo?

Elaine - Essas desocupações vêm acontecendo desde a pandemia, mas não foi em grande quantidade. Nesse período muita gente de idade deixou suas lojas ou passou para os filhos ou netos. Posteriormente com a enchente, a desocupação aumentou. Ali no POP fomos privilegiados porque não entrou uma gota de água dentro do shopping, mas muitos lojistas perderam casa, quiseram voltar para o interior. O restante dos espaços vazios são aquelas lojas que não se adaptaram às regras e tivemos que retirar. Agora, com a mudança, nós vamos abrir para outras profissões, o que eu acho muito certo. Muitas pessoas que têm outros ofícios e querem abrir uma ferragem, uma loja de tecidos, por exemplo, vão ter a oportunidade.

JC - Qual é o impacto desta mudança para o centro de Porto Alegre?

Elaine - Com a entrada de MEIs e microempresários, o município estimula o empreendedorismo, a geração de renda e também fortalece essa proximidade do comércio, que acredito ser importante para todos os consumidores e trabalhadores da Capital. A ocupação do POP Center é uma estratégia para fortalecer o centro da cidade como um todo. Acredito que a revitalização do centro vai além de obras intervenções físicas, ela é feita com gente, com negócios abertos e diversidade de serviços.

JC - A oposição alegou durante os debates na Câmara



CEO do POP Center, Elaine vê estratégia de fortalecimento do Centro

que os aluguéis estão muito altos e que, muitas vezes, o preço é inviável para os camelôs. Os valores aumentaram com a queda de ocupação?

Elaine - Sobre a alegação de aluguel muito alto, eles não sabem bem do que estão falando, isso porque o aluguel, desde o início do POP Center, teve pouquíssimo reajuste. O valor é reajustado de acordo com o INPC e neste ano nem tivemos reajuste. A média do valor cobrado por semana é de R\$64,50 por metro quadrado. Antes do decreto de 2022, que passou para a concessionária a fiscalização das lojas, existia essa dificuldade com os

aluguéis porque as pessoas que cresciam lá dentro precisavam sublocar, então elas pagavam um aluguel para a concessionária e um para o dono da loja. Desde o decreto os valores variaram muito pouco. Então o aluguel é baixo e posso dizer que é um aluguel muito bom para um local no centro da cidade, no coração de Porto Alegre. Tenho orgulho de dizer que eu trabalho para os melhores vendedores do mundo, eles sabem vender e o cliente que for lá vai sair sempre com o produto que busca, se um vendedor não tem, ele busca na loja do vizinho. Todos são muito solidários um com o outro.

Legislativo de Porto Alegre define vice-presidência da Comissão de Ética

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre definiu no início da tarde desta segunda-feira a vice-presidência da Comissão de Ética de 2026.

O vereador Aldacir Oliboni (PT) ocupará a vice-liderança ao lado do presidente, Marcelo Bernardi (PDT) e do

corregedor, Hamilton Sossmeier (Pode).

A Comissão de Ética foi instalada na última semana, na segunda-feira, quando os demais integrantes foram definidos. Os 12 membros são: Aldacir Oliboni (PT), Carlo Carotenuto (Republicanos),

Coronel Ustra (PL), Erick Dênil (PCdoB), Hamilton Sossmeier (Pode), Marcelo Bernardi (PSDB), Marcos Felipi (PP), Mariana Lescano (PP), Natasha Ferreira (PT), Pedro Ruas (PSOL), Psicóloga Tanise Sabino (MDB) e Ramiro Rosário (Novo).

A Comissão de Ética deste ano foi instalada após a denúncia da vereadora Juliana de Souza (PT) contra Mauro Pinheiro (PP).

A ação que sugere a cassação do vereador aconteceu após Pinheiro retirar o microfone das mãos da parlamentar

e interromper seu pronunciamento durante o último dia de votação da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

Os membros do órgão técnico devem analisar o caso, mas ainda não há definição dos próximos passos do trabalho.